

Alemanha-Coblença: Serviços aéreos e afins
OJ S 200/2016 15/10/2016
Anúncio de concurso
Serviços

Directiva 2004/18/CE

Secção I: Autoridade adjudicante

I.1. Nome e endereços

Nome oficial: BAAINBw
Endereço postal: Ferdinand-Sauerbruch-Straße 1
Localidade: Koblenz
Código postal: 56057
País: Alemanha
Pessoa de contacto: BAAINBw E3.6
À atenção de: Daniel Storbeck
Correio eletrónico: baainbwe3.6@bundeswehr.org

Endereço(s) Internet:

Endereço geral da autoridade adjudicante: <http://www.evergabe-online.de/>
Acesso electrónico à informação: <http://www.evergabe-online.de/>
Apresentação das propostas e pedidos de participação por via electrónica: <http://www.evergabe-online.de/>

Para obter mais informações, consultar:

o endereço indicado acima

O caderno de encargos e documentos complementares (nomeadamente para o diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos consultando:

o endereço indicado acima

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para: o endereço indicado acima

I.2. Tipo de autoridade adjudicante

Ministério ou outra autoridade nacional ou federal, incluindo as respetivas repartições regionais ou locais

I.3. Atividade principal

Serviços públicos gerais

I.4. O contrato é adjudicado por conta de outras autoridades adjudicantes

A autoridade/entidade adjudicante procede à aquisição por conta de outras autoridades adjudicantes: não

Secção II: Objecto do contrato

II.1. Descrição

II.1.1. Título atribuído ao contrato pela autoridade adjudicante

Lufttransportleistung „unbegleitetes Fluggepäck“ – R1189.

II.1.2. Tipo de contrato e local de execução ou entrega

Serviços

Categoria de serviços n.º 3: `Serviços de transporte aéreo de passageiros e de mercadorias, com excepção do transporte de correio

Local principal de execução: Siehe Verzeichnis der Empfängeranschriften.

Código NUTS DEB11 Koblenz, Kreisfreie Stadt

II.1.3. Informação acerca do acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico

O anúncio implica a celebração de um contrato público

II.1.4. Informação acerca do acordo-quadro

II.1.5. Descrição resumida do contrato ou da(s) aquisição(ões)

Lufttransportleistung „unbegleitetes Fluggepäck“ – R1189.

II.1.6. Código(s) CPV

60440000 Serviços aéreos e afins

II.1.7. Informação relativa ao Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)

O contrato é abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos: sim

II.1.8. Lotes

Contrato dividido em lotes: não

II.1.9. Informação sobre as variantes

São aceites variantes: não

II.2. Quantidade ou âmbito do concurso

II.2.1. Quantidade total ou âmbito

Rahmenvertrag über den Lufttransport von unbegleitetem Fluggepäck als Luftfracht weltweit.

II.2.2. Informação sobre as opções

Opções: não

II.2.3. Informação sobre as reconduções

O contrato é passível de recondução: não

II.3. Duração do contrato ou prazo de execução

Início 1.1.2017. Conclusão 31.12.2017

Secção III: Informação de carácter jurídico, económico, financeiro e técnico

III.1. Condições relacionadas com o contrato

III.1.1. Cauções e garantias exigidas

Keine.

III.1.2. Principais condições de financiamento e modalidades de pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

Gemäß Bewerbungsbedingungen (Abschlags- und Schlusszahlungen im Rahmen der Verdingungsordnung für Leistungen Teil B (VOL/B)).

III.1.3. Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos ao qual vai ser adjudicado o contrato

Gesamtschuldnerisch haftend.

III.1.4. Condições de execução do contrato

A execução do contrato está sujeita a condições especiais: não

III.2. Condições de participação

III.2.1. Habilitação para o exercício da atividade profissional, incluindo requisitos em matéria de inscrição em registos profissionais ou comerciais

III.2.2. Capacidade económica e financeira

III.2.3. Capacidade técnica e profissional

III.2.4. Informação sobre contratos reservados

III.3. Condições específicas para os contratos de serviços

III.3.1. Informação sobre uma profissão específica

A execução dos serviços está reservada a uma profissão específica: não

III.3.2. Informação sobre o pessoal responsável pela execução do contrato

Obrigações de indicar os nomes e habilitações profissionais do pessoal destacado para a execução do contrato: não

Secção IV: Procedimento

IV.1. Tipo de procedimento

IV.1.1. Tipo de procedimento

Concurso público

IV.1.2. Informação sobre a limitação do número de candidatos que serão convidados

IV.1.3. Informação sobre a redução do número de soluções ou propostas durante a negociação ou o diálogo

IV.2. Critérios de adjudicação

IV.2.1. Critérios de adjudicação

Preço mais baixo

IV.2.2. Informação acerca do leilão eletrónico

Vai ser efetuado um leilão eletrónico: não

IV.3. Informação administrativa

IV.3.1. Número de referência atribuído ao processo pela autoridade adjudicante

Q/E2FL/R1189

IV.3.2. Publicação anterior referente ao presente concurso

não

IV.3.3. Condições para a obtenção do caderno de encargos e documentos complementares ou da memória descritiva

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou de acesso a documentos: 14.11.2016 - 00:00

Documentos a título oneroso: não

IV.3.4.

Prazo para a receção das propostas ou pedidos de participação

21.11.2016 - 14:00

IV.3.5. Data prevista de envio dos convites à apresentação de propostas ou dos convites para participar aos candidatos selecionados

IV.3.6. Línguas em que as propostas ou os pedidos de participação podem ser apresentados
alemão.

IV.3.7. Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta
até: 2.1.2017

IV.3.8. Condições de abertura das propostas

Local:

Entfällt.

Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas: não

Secção VI: Informação complementar

VI.1. Informação sobre o carácter recorrente

Contrato recorrente: não

VI.2. Informação sobre os fundos da União Europeia

O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia: não

VI.3. Informação adicional

Die zur Nutzung der e-Vergabe-Plattform einzusetzenden elektronischen Mittel sind die Clients der e-Vergabe-Plattform und die elektronischen Werkzeuge der e-Vergabe-Plattform. Diese werden über die mit ?Anwendungen? bezeichneten Menüpunkte auf www.evergabe-online.de zur Verfügung gestellt. Hierzu gehören für Unternehmen der Angebots-Assistenten (AnA) und der Signatur-Client für Bieter (Sig-Client) für elektronische Signaturen sowie das LV-Cockpit (www.lv-cockpit.de).

Die technischen Parameter zur Einreichung von Teilnahmeanträgen, Angeboten und Interessensbestätigungen verwendeten elektronischen Mittel sind durch die Clients der e-Vergabe-Plattform und die elektronischen Werkzeuge der e-Vergabe-Plattform bestimmt. Verwendete Verschlüsselungs- und Zeiterfassungsverfahren sind Bestandteil der Clients der e-Vergabe-Plattform sowie der Plattform selber und der elektronischen Werkzeuge der e-Vergabe-Plattform.

Weitergehende Informationen stehen auf <https://www.evergabe-online.info> bereit.

VI.4. Procedimentos de recurso

VI.4.1. Organismo responsável pelos processos de recurso

VI.4.2. Processo de recurso

Informações precisas sobre o(s) prazo(s) de recurso: § 160 Einleitung, Antrag

(1) Die Vergabekammer leitet ein Nachprüfungsverfahren nur auf Antrag ein.

(2) Antragsbefugt ist jedes Unternehmen, das ein Interesse an dem öffentlichen Auftrag oder der Konzession hat und eine Verletzung in seinen Rechten nach § 97 Absatz 6 durch Nichtbeachtung von Vergabevorschriften geltend macht. Dabei ist darzulegen, dass dem Unternehmen durch die behauptete Verletzung der Vergabevorschriften ein Schaden entstanden ist oder zu entstehen droht.

(3) Der Antrag ist unzulässig, soweit

1. der Antragsteller den geltend gemachten Verstoß gegen Vergabevorschriften vor Einreichen des Nachprüfungsantrags erkannt und gegenüber dem Auftraggeber nicht innerhalb einer Frist von 10 Kalendertagen gerügt hat; der Ablauf der Frist nach § 134 Absatz 2 bleibt unberührt,
2. Verstöße gegen Vergabevorschriften, die aufgrund der Bekanntmachung erkennbar sind, nicht spätestens bis zum Ablauf der in der Bekanntmachung benannten Frist zur Bewerbung oder zur Angebotsabgabe gegenüber dem Auftraggeber gerügt werden,
3. Verstöße gegen Vergabevorschriften, die erst in den Vergabeunterlagen erkennbar sind, nicht spätestens bis zum Ablauf der Frist zur Bewerbung oder zur Angebotsabgabe gegenüber dem Auftraggeber gerügt werden,
4. mehr als 15 Kalendertage nach Eingang der Mitteilung des Auftraggebers, einer Rüge nicht abhelfen zu wollen, vergangen sind.

Satz 1 gilt nicht bei einem Antrag auf Feststellung der Unwirksamkeit des Vertrags nach § 135 Absatz 1 Nummer 2. § 134 Absatz 1 Satz 2 bleibt unberührt.

§ 134 Informations- und Wartepflicht

(1) Öffentliche Auftraggeber haben die Bieter, deren Angebote nicht berücksichtigt werden sollen, über den Namen des Unternehmens, dessen Angebot angenommen werden soll, über die Gründe der vorgesehenen Nichtberücksichtigung ihres Angebots und über den frühesten Zeitpunkt des Vertragsschlusses unverzüglich in Textform zu informieren. Dies gilt auch für Bewerber, denen keine Information über die Ablehnung ihrer Bewerbung zur Verfügung gestellt wurde, bevor die Mitteilung über die Zuschlagsentscheidung an die betroffenen Bieter ergangen ist.

(2) Ein Vertrag darf erst 15 Kalendertage nach Absendung der Information nach Absatz 1 geschlossen werden. Wird die Information auf elektronischem Weg oder per Fax versendet, verkürzt sich die Frist auf 10 Kalendertage. Die Frist beginnt am Tag nach der Absendung der Information durch den Auftraggeber; auf den Tag des Zugangs beim betroffenen Bieter und Bewerber kommt es nicht an.

(3) Die Informationspflicht entfällt in Fällen, in denen das Verhandlungsverfahren ohne Teilnahmewettbewerb wegen besonderer Dringlichkeit gerechtfertigt ist. Im Fall verteidigungs- oder sicherheitsspezifischer Aufträge können öffentliche Auftraggeber beschließen, bestimmte Informationen über die Zuschlagserteilung oder den Abschluss einer Rahmenvereinbarung nicht mitzuteilen, soweit die Offenlegung den Gesetzesvollzug behindert, dem öffentlichen Interesse, insbesondere Verteidigungs- oder Sicherheitsinteressen, zuwiderläuft, berechnigte geschäftliche Interessen von Unternehmen schädigt oder den lautereren Wettbewerb zwischen ihnen beeinträchtigen könnte.

§ 135 Unwirksamkeit

(1) Ein öffentlicher Auftrag ist von Anfang an unwirksam, wenn der öffentliche Auftraggeber

1. gegen § 134 verstoßen hat oder

2. den Auftrag ohne vorherige Veröffentlichung einer Bekanntmachung im Amtsblatt der Europäischen Union vergeben hat, ohne dass dies aufgrund Gesetzes gestattet ist, und dieser Verstoß in einem Nachprüfungsverfahren festgestellt worden ist.

(2) Die Unwirksamkeit nach Absatz 1 kann nur festgestellt werden, wenn sie im Nachprüfungsverfahren innerhalb von 30 Kalendertagen nach der Information der betroffenen Bieter und Bewerber durch den öffentlichen Auftraggeber über den Abschluss des Vertrags, jedoch nicht später als 6 Monate nach Vertragsschluss geltend gemacht worden ist. Hat der Auftraggeber die Auftragsvergabe im Amtsblatt der Europäischen Union bekannt gemacht, endet die Frist zur Geltendmachung der Unwirksamkeit 30 Kalendertage nach Veröffentlichung der Bekanntmachung der Auftragsvergabe im Amtsblatt der Europäischen Union.

(3) Die Unwirksamkeit nach Absatz 1 Nummer 2 tritt nicht ein, wenn

1. der öffentliche Auftraggeber der Ansicht ist, dass die Auftragsvergabe ohne vorherige Veröffentlichung einer Bekanntmachung im Amtsblatt der Europäischen Union zulässig ist,
2. der öffentliche Auftraggeber eine Bekanntmachung im Amtsblatt der Europäischen Union veröffentlicht hat, mit der er die Absicht bekundet, den Vertrag abzuschließen, und
3. der Vertrag nicht vor Ablauf einer Frist von mindestens zehn Kalendertagen, gerechnet ab dem Tag nach der Veröffentlichung dieser Bekanntmachung, abgeschlossen wurde.

Die Bekanntmachung nach Satz 1 Nummer 2 muss den Namen und die Kontaktdaten des öffentlichen Auftraggebers, die Beschreibung des Vertragsgegenstands, die Begründung der Entscheidung des Auftraggebers, den Auftrag ohne vorherige Veröffentlichung einer Bekanntmachung im Amtsblatt der Europäischen Union zu vergeben, und den Namen und die Kontaktdaten des Unternehmens, das den Zuschlag erhalten soll, umfassen.

VI.4.3. Serviço junto do qual podem ser obtidas informações sobre os processos de recurso

VI.5. Data de envio do presente anúncio

10.10.2016